



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO REF.ª CCP/2024/17

**COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE DIVERSAS EMPREITADAS DE
REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAS ILHAS DO CORVO, FLORES, SÃO
JORGE E SÃO MIGUEL**

CADERNO DE ENCARGOS

Aprovado,

Renata
2024.09.09



ÍNDICE

CLÁUSULAS GERAIS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS	3
Cláusula 1ª Objeto	3
Cláusula 2ª Disposições por que se regem os contratos	3
Cláusula 3ª Local da prestação dos serviços	4
Cláusula 4ª Duração dos contratos	5
Cláusula 5ª Entidades intervenientes	7
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	8
Cláusula 6ª Obrigações principais	8
Cláusula 7ª Modo de prestação dos Serviços objeto dos contratos	16
Cláusula 8ª Meios humanos	17
Cláusula 9ª Horário de Trabalho	19
Cláusula 10ª Seguros	19
Cláusula 11ª Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Segurança Pessoal	20
Cláusula 12ª Encargos Sociais	20
Cláusula 13ª Execução simultânea de outros trabalhos da mesma natureza no local da obra	20
Cláusula 14ª Instalações	20
CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E PÓS-CONTRATUAIS	21
Cláusula 15ª Obrigações de acompanhamento dos prazos de garantia	21
CAPÍTULO IV - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	21
Cláusula 16ª Preço base	21
Cláusula 17ª Condições de pagamento	23
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	24
Cláusula 18ª Contagem dos prazos	24
Cláusula 19ª Deveres de colaboração recíproca e informação	24
Cláusula 20ª Subcontratação e Cessão da posição contratual	24
Cláusula 21ª Comunicações	25
Cláusula 22ª Sigilo	25
Cláusula 23ª Sanções	25
Cláusula 24ª Força maior	27
Cláusula 25ª Proteção de dados pessoais	27
Cláusula 26ª Foro competente	28
Cláusula 27ª Legislação aplicável	28



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula 28ª Documentação anexa.....	28
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	1



CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1ª | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto a *“Coordenação e Fiscalização de diversas empreitadas de Reabilitação e Construção nas ilhas do Corvo, Flores, São Jorge e São Miguel”* nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, compreendendo os seguintes lotes.

- a) **LOTE 1** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64, Ilha do Corvo;
- b) **LOTE 2** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores, ilha das Flores;
- c) **LOTE 3** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores, ilha das Flores;
- d) **LOTE 4** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 4 moradias unifamiliares sitas aos Lotes 8, 9, 12 e 13 do Loteamento dos Casteletes, freguesia da Urzelina, concelho das Velas, ilha de São Jorge;
- e) **LOTE 5** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 15 moradias nos lotes 1 a 15 do Loteamento da Achadinha, freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste, ilha de São Miguel;
- f) **LOTE 6** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- g) **LOTE 7** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119, freguesia de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- h) **LOTE 8** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 12 habitações multifamiliares nos lotes 1, 59 e 60 do Aldeamento de São Pedro, freguesia da Maia, concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- i) **LOTE 9** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção de 52 apartamentos nos lotes 1 e 2 do empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros, sito ao Largo das Freiras, freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel;
- j) **LOTE 10** – Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega, freguesia da Ribeira das Tainhas, concelho de Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel.

Cláusula 2ª | Disposições por que se regem os contratos

- 1. Os contratos são compostos pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2. A execução dos contratos obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;



- b) Ao *Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro*, alterado pelo *Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril*, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, doravante designado por RJCPRAA;
 - c) Ao Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua última redação;
 - d) À *Lei n.º 31/2009, de 3 de julho*, na redação que lhe foi dada pela *Lei n.º 40/2015, de 1 de junho*, e pela *Lei n.º 25/2018, de 14 de junho*, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis;
 - e) À *Lei n.º 41/2015, de 3 de junho*, alterada pela *Lei n.º 25/2018, de 14 de junho*;
 - f) Ao *Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro* e respetiva legislação complementar;
 - g) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - h) Às regras da arte.
3. Os contratos a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - b) Os documentos entregues pelo Cocontratante em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP, e os documentos comprovativos das qualificações profissionais dos técnicos intervenientes.
4. Consideram-se excluídos dos contratos os termos ou condições patentes na proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo presente caderno de encargos.

Cláusula 3ª | Local da prestação dos serviços

1. A prestação de serviços, que constitui cada lote, será realizada nos locais das empreitadas:
- a) LOTE 1 - Ilha do Corvo, Rua do Porto da Casa, A.M. 64
 - b) LOTE 2 - Ilha das Flores, concelho das Lajes das Flores, freguesia da Fajã Grande, 3 moradias na:
 - 1 Rua da Assomada, A.M. 67
 - 2 Rua Via d'Água, A.M. 120
 - 3 Tronqueira, A.M. 163
 - c) LOTE 3 – Ilha das Flores, concelho de Santa Cruz das Flores, 5 moradias na:
 - i. Freguesia de Santa Cruz das Flores
 - 1 Rua da Anunciação, A.M. 1763
 - 2 Rua Nossa Senhora do Rosário, 18
 - 3 Ladeira de São Pedro, 1
 - ii. Freguesia da Ponta Delgada
 - 1 Rua da Rochela, 9



2 Rua do Outeiro, A.M. 211

- d) LOTE 4 – Ilha de São Jorge, concelho das Velas, freguesia da Urzelina, Loteamento dos Casteletes
- e) LOTE 5 – Ilha de São Miguel, concelho do Nordeste, freguesia da Achadinha, Loteamento da Achadinha
- f) LOTE 6 – Ilha de São Miguel, concelho da Ribeira Grande, freguesia da Conceição, Rua Antero de Quental n.º 11
- g) LOTE 7 – Ilha de São Miguel, concelho da Ribeira Grande, freguesia de Rabo de Peixe, Rua da Alegria n.º 119
- h) LOTE 8 – Ilha de São Miguel, concelho da Ribeira Grande, freguesia da Maia, Aldeamento de São Pedro
- i) LOTE 9 – Ilha de São Miguel, concelho da Ribeira Grande, freguesia da Matriz, Empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros, sito ao Largo das Freiras
- j) LOTE 10 – Ilha de São Miguel, concelho de Vila Franca do Campo, freguesia da Ribeira das Tainhas, Loteamento da Galega

2. Os Cocontratantes deverão inspecionar o local da obra a acompanhar e realizar os reconhecimentos que entender necessários à coordenação e fiscalização da empreitada, devendo para o efeito agendar previamente as visitas de terceiros com a Direção Regional da Habitação.

Cláusula 4ª | Duração dos contratos

1. A prestação dos serviços deve ser executada no prazo correspondente ao prazo de duração da execução das empreitadas de obra pública respeitantes a cada lote, contados da data da assinatura do respetivo contrato de prestação de serviços ou da data em que o Contraente Público comunique ao Cocontratante através de documento escrito que se inicia o prazo para execução da prestação de serviços, caso esta última data seja posterior. Os prazos das empreitadas a fiscalizar são, por lote, de:

- a) LOTE 1 (*Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64*) - 240 (duzentos e quarenta) dias
- b) LOTE 2 (*Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores*) - 180 (cento e oitenta) dias
- c) LOTE 3 (*Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores*) - 240 (duzentos e quarenta) dias
- d) LOTE 4 (*Construção de 4 moradias unifamiliares no Loteamento dos Casteletes*) - 360 (trezentos e sessenta) dias
- e) LOTE 5 (*Construção de 15 moradias no Loteamento da Achadinha*) - 450 (quatrocentos e cinquenta) dias
- f) LOTE 6 (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11*) - 240 (duzentos e quarenta) dias
- g) LOTE 7 (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119*) - 240 (duzentos e quarenta) dias
- h) LOTE 8 (*Construção de 12 habitações multifamiliares no Aldeamento de São Pedro*) - 450 (quatrocentos e cinquenta) dias
- i) LOTE 9 (*Construção de 52 apartamentos no empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros*) - 420 (quatrocentos e vinte) dias



j) **LOTE 10** (*Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega*) - 180 (*cento e oitenta*) dias

2. O Cocontratante deverá prever os meios necessários para dar cumprimento às obrigações descritas na Cláusula 6ª, atendendo a que algumas destas serão obrigatoriamente assumidas fora do prazo de duração da execução das empreitadas de obra pública respeitantes a cada lote, contados, como é o caso da apreciação do Plano de Segurança e Saúde, fecho de contas, receção provisória, organização do volume de telas finais e compilação técnica.
3. Os prazos de execução referidos nos números anteriores podem ser prorrogados ou reduzidos, se houver alterações do prazo de execução da obra ou em função do seu desenvolvimento à data do início da execução da presente prestação de serviços.
4. No caso de acréscimo do prazo de execução da obra, o cocontratante fica obrigado à prorrogação do prazo da prestação de serviços e à manutenção do objeto da prestação de serviços, nas mesmas condições contratuais no que diz respeito a taxas horárias, diária e mensais de mão-de-obra e equipamento, sem prejuízo dos competentes procedimentos administrativos a desenvolver pelo contraente público.
5. Caso o prazo de execução da obra venha a ser prorrogado por razões imputáveis ao cocontratante, não há lugar ao pagamento de qualquer quantia adicional, sem prejuízo das penalidades referidas no Caderno de Encargos.
6. No caso de se verificar a redução prevista no n.º 3, só haverá lugar ao pagamento das prestações correspondentes aos meses de efetiva execução dos trabalhos.
7. O não cumprimento dos prazos referidos na presente Cláusula, da responsabilidade do Cocontratante, poderá levar à aplicação das sanções previstas no presente Caderno de Encargos.
8. Os prazos referidos apenas serão passíveis de prorrogação, por lote, nos seguintes casos:
 - a) Por motivos de força maior ou decorrente de facto alheio à responsabilidade do Cocontratante e reconhecido pela Direção Regional da Habitação;
 - b) Por decisão unilateral da Direção Regional da Habitação.
9. Os Cocontratantes, no prazo máximo de 10 (*dez*) dias após a receção provisória, apresentarão, para cada lote, um relatório em que:
 - a) Constem os elementos escritos e desenhados que permitam resumir e compreender tal como ficou efetivamente a obra, com indicações de áreas, custos, meios mobilizados, etc.
 - b) Sejam referidas as principais alterações relativas ao inicialmente projetado, com as devidas justificações;
 - c) Seja acompanhado:
 - i. pelo registo fotográfico que permita o acompanhamento da sua evolução e que registe as principais fases da mesma;
 - ii. pelas "*Telas Finais*" da obra efetivamente construída, obtendo para o efeito, junto do Empreiteiro os elementos a que este esteja contratualmente obrigado;
 - iii. pela compilação técnica.



Cláusula 5ª | Entidades intervenientes

1. As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da obra a que se referem as prestações de serviços, objeto deste Caderno de Encargos, são:

- a) **Equipa de Fiscalização:** Conjunto de técnicos adstritos à prestação de serviços de acordo com o conteúdo funcional e respetivas habilitações mínimas legalmente estabelecidas
- b) **Dono de Obra/Contraente Público:** Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego / Direção Regional da Habitação
- c) **Estudos e projetos das obras a executar incluindo a assistência técnica no decurso da realização dos trabalhos:** Conforme o lote em causa, nomeadamente:
 - i. **LOTE 1** (*Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64*) - Costa Poim, Fiscalização Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.
 - ii. **LOTE 2** (*Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores*) - Costa Poim, Fiscalização Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.
 - iii. **LOTE 3** (*Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores*) - Costa Poim, Fiscalização Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.
 - iv. **LOTE 4** (*Construção de 4 moradias unifamiliares no Loteamento dos Casteletes*) - Direção Regional da Habitação / Projectangra - Gabinete Açoreano de Projectos, Lda.
 - v. **LOTE 5** (*Construção de 15 moradias no Loteamento da Achadinha*) - Direção Regional da Habitação / Integral - Estudos de Engenharia, Lda.
 - vi. **LOTE 6** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11*) - João Serpa, Engenharia Civil, Lda.
 - vii. **LOTE 7** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119*) - Nuno Tavares, Arquitectura / João Serpa, Engenharia Civil, Lda.
 - viii. **LOTE 8** (*Construção de 12 habitações multifamiliares no Aldeamento de São Pedro*) - Direção Regional da Habitação / Integral - Estudos de Engenharia, Lda.
 - ix. **LOTE 9** (*Construção de 52 apartamentos no empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros*) – Monteiro, Resendes & Sousa - Arquitectos, Lda.
 - x. **LOTE 10** (*Infraestruturas do Loteamento da Galega*) - Norma - Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S. A.
- d) **Diretor de Obra:** Representante do empreiteiro, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 344º do Código dos Contratos Públicos
- e) **Diretor de Fiscalização:** Representante da Equipa de Fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 344º do Código dos Contratos Públicos
- f) **Outras Entidades:** Entidades com tutela em matérias que poderão prestar apoio especializado no âmbito da prestação de serviços contratada, Laboratório Regional de Engenharia Civil, ou entidades que tenham jurisdição, sejam afetas ou exerçam atividades nas áreas abrangidas pela realização dos trabalhos (*Concessionárias de redes públicas, etc.*)



- g) **Cocontratante:** Prestador dos serviços objeto deste Caderno de Encargos
- h) **Empreiteiro:** A definir
- i) **Gestor do contrato:** representante do Dono de Obra que acompanha a execução do contrato, para efeitos do artigo 290.º A do CCP e segunda parte do n.º 2 do artigo 344.º do CCP.

2. Compete ao Cocontratante o estabelecimento e manutenção das ligações com as entidades intervenientes, nomeadamente a representação do Dono de Obra, através de um Diretor de Fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 344.º do CCP.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 6ª | Obrigações principais

1. Na coordenação e fiscalização das empreitadas identificadas, os cocontratantes devem ter em conta que os mesmos deverão cumprir o projeto de execução e os elementos de solução de obra em cumprimento do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos (*adiante designado por CCP*), e do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores.
2. A título acessório, os Cocontratantes ficam ainda obrigados, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados às prestações dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. A equipa de fiscalização a apresentar pelo Cocontratante deverá cumprir as respetivas afetações dos elementos da equipa que integra a prestação de serviços, consideram-se todos os deveres em observância no artigo 16.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
4. Os Cocontratantes deverão estar disponíveis para estar presentes em todas as reuniões agendadas com a Direção Regional da Habitação.
5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para os Cocontratantes as seguintes obrigações principais:
 - a) **Gestão de Informação** - Manter a necessária troca e fornecimento de informação entre as entidades intervenientes e a Direção Regional da Habitação, designadamente:
 - i. Participar e secretariar reuniões e demais contactos que o Dono da Obra decida efetuar com entidades intervenientes na execução da obra, fazendo executar as ações daí resultantes;
 - ii. Propor, participar e secretariar reuniões com o empreiteiro (*periodicidade semanal*), com o autor do projeto ou com outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à obra, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar e encaminhar problemas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- iii. São obrigatórias reuniões gerais de coordenação mensais, reuniões de obra semanais e todas aquelas que a VPGR-DRH especificamente convoque.
 - iv. O Cocontratante, na primeira reunião a efetuar deverá propor à Direção Regional da Habitação, a estrutura dos relatórios a apresentar, sendo que os relatórios mensais de fiscalização deverão incluir obrigatoriamente:
 - 1 Aprovações de materiais;
 - 2 Chegada de materiais à obra;
 - 3 Resultado dos ensaios de materiais e elementos de construção;
 - 4 Movimentação de Terras e Terraplenagens;
 - 5 Drenagens;
 - 6 Pavimentação;
 - 7 Obras Acessórias;
 - 8 Equipamento de Sinalização e Segurança;
 - 9 Betonagens;
 - 10 Datas de início e conclusão dos principais trabalhos;
 - 11 Visitas de entidades;
 - 12 Outras ocorrências consideradas importantes;
 - 13 Resenha dos assuntos tratados nas reuniões mensais da obra, bem como das decisões tomadas.
 - v. Deverão ser elaboradas as atas de todas as reuniões em que o Diretor de Fiscalização esteja presente, no prazo máximo de 5 dias após a sua realização.
 - vi. Elaborar, mensalmente, relatórios pormenorizados a submeter à Direção Regional da Habitação, contendo todas as análises, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação.
- b) **Controlo de Quantidades e Custos** – Esta área tem a finalidade de controlar as medidas e faturação das quantidades de trabalho executadas mensalmente e acompanhar e controlar a administração da obra, designadamente deve o cocontratante:
- i. Efetuar o controlo geométrico das diferentes fases da obra para efeitos de controlo de medições;
 - ii. Proceder mensalmente às medições das quantidades de trabalho executadas, verificar os respetivos autos de medição e informar sobre reclamações, eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
 - iii. Determinar a revisão de preços devidos ao empreiteiro;
 - iv. Determinar, com base nos autos de medição e nas fórmulas de revisão de preços, os pagamentos a efetuar ao empreiteiro;



- v. Controlar e apreciar todas as faturas emitidas pelo empreiteiro, devendo propor à Direção Regional da Habitação a sua aprovação ou rejeição;
 - vi. Elaborar a conta-corrente da obra segundo as normas legais em vigor;
 - vii. Medir e controlar os trabalhos complementares e a menos;
 - viii. Apreciar os preços novos propostos pelo empreiteiro para trabalhos não previstos e elaborar pareceres para apreciação e decisão pelo contraente público;
 - ix. Analisar e informar o contraente público sobre as questões apresentadas pelo empreiteiro, nomeadamente sobre aquelas relativas a trabalhos complementares e a menos, reclamações, propostas e reposição do equilíbrio financeiro, estimando os seus valores orçamentais;
 - x. Analisar alternativas com vista à adoção das soluções técnicas adequadas e mais económicas para novos trabalhos e fornecimentos.
- c) **Controlo da Qualidade** – Os objetivos do controlo da qualidade é o acompanhamento efetivo e sistemático de todos os trabalhos da empreitada, de modo a assegurar que estes sejam executados de acordo com o projeto de execução, com as especificações do Caderno de Encargos da empreitada, outras condições contratuais e com as regras técnicas de boa execução, contribuindo para o seu elevado nível de qualidade, nomeadamente com a prática dos seguintes atos:
- i. Assegurar que o sistema a implementar pela Fiscalização é comum e uniforme ao longo de toda a prestação de serviços, devendo obedecer a uma estruturação e organização única;
 - ii. Elaborar recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no título contratual da empreitada.
 - iii. Fazer cumprir as condições estabelecidas no Título Contratual da obra;
 - iv. Verificar a implantação das partes integrantes da obra e sua geometria antes e ao longo da sua realização;
 - v. Apreciar e informar os planos de atuação (*terraplanagens, pavimentação, etc.*) do empreiteiro, no que concerne a mão de obra, equipamento e materiais;
 - vi. Aprovar os materiais e equipamentos para a obra através de análise da sua qualidade e processos propostos pelo empreiteiro;
 - vii. Certificar-se que sejam realizados registos das alterações/adaptações aos projetos para a realização das telas finais;
 - viii. Participar na realização dos ensaios da obra, previstos no seu título contratual nos regulamentos e legislação em vigor em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades especializadas;
 - ix. Verificar o cumprimento das especificações de natureza técnica e material, constantes do projeto de execução e do Caderno de Encargos da empreitada, no que respeita aos processos de construção, equipamentos, e materiais utilizados;



- x. Assegurar todo o acompanhamento, controlo e registo de informação relacionado com:
 - 1 a qualidade dos materiais, dos trabalhos executados e equipamentos instalados;
 - 2 as características das obras realizadas e o cumprimento do projeto de execução aprovado;
 - 3 os processos de construção, de montagem, instalação e ensaio utilizados;
 - 4 o transporte, manuseamento, receção e armazenamento de materiais e equipamentos.
- xi. Mandar o empreiteiro executar e analisar os resultados dos ensaios necessários ao controlo de qualidade dos materiais e equipamentos aplicados e dos trabalhos executados;
- xii. Assegurar a obtenção, por parte do empreiteiro, de todas as informações de preparação de novas espécies de trabalho, incluindo materiais, recursos humanos, equipamento e processos construtivos;
- xiii. Definir ações corretivas perante situações de não conformidade e assegurar o respetivo seguimento e avaliação de eficácia;
- xiv. Rejeitar a aplicação de materiais cujas características contrariem o especificado nas condições do contrato, no caderno de encargos da empreitada e nas normas e regulamentos em vigor;
- xv. Dar parecer sobre propostas apresentadas pelo empreiteiro no que respeita a alterações aos materiais, equipamentos, e processos de construção a utilizar nas frentes de trabalho da obra.
- d) **Controlo dos Prazos** - Controlar e fazer respeitar a calendarização da obra estabelecida no contrato, designadamente, através da prática dos seguintes atos:
 - i. Elaborar os processos conducentes ao início da obra e receção provisória;
 - ii. Análise e informação sobre os Planos de Trabalhos propostos pelo empreiteiro;
 - iii. Verificação do desenvolvimento da obra, de acordo com os Planos de Trabalhos aprovados;
 - iv. Identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo as ações necessárias à sua compensação - parcial ou total - ou sua eliminação;
 - v. No caso de atraso nos trabalhos, promover a realização de novos cronogramas financeiros previsionais, decorrentes da nova programação dos trabalhos, com vista ao planeamento dos pagamentos por parte do contraente público;
 - vi. Implementação e desenvolvimento das medidas aprovadas pelo Contraente Público com o fim de recuperar eventuais atrasos.
 - vii. Atualização das estimativas de tempos para os trabalhos ainda por realizar, tendo em conta as estatísticas efetivamente verificadas no decurso dos trabalhos já realizados;
- e) **Coordenação de segurança e saúde em obra** – Assegurar a Coordenação de Segurança em Obra, acompanhar e controlar todas as condições de segurança em que se desenvolvem os trabalhos da obra, propondo, atempadamente, todas as medidas julgadas pertinentes, nomeadamente:
 - i. Apoiar o Dono da Obra na elaboração e atualização da Comunicação Prévia;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- ii. Controlar as adaptações, alterações e desenvolvimentos do Plano de Segurança e Saúde da Obra de acordo com o Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro e demais legislações de seguranças e saúdes aplicáveis;
- iii. Apreciar e informar sobre o Plano de Estaleiro do empreiteiro e das demais instalações provisórias;
- iv. Elaborar inquéritos e análises pormenorizados, sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e/ou materiais;
- v. Assegurar a recolha e tratamento de informação sobre acidentes através de um quadro resumo de acidentes e índices de sinistralidade, respetiva análise e proposta de medidas de melhoria, incluindo em anexo os relatórios de investigação de acidentes de trabalho realizados;
- vi. Exercer todas as funções de Coordenador de Segurança e Saúde em obra, com as atribuições cometidas a essa entidade, para o que o cocontratante designará um elemento da sua equipa com a formação e experiência adequada;
- vii. Auditar a aplicação do Plano de Segurança e Saúde em obra;
- viii. Realizar mensalmente e apresentar ao contraente público, em suporte papel, e sempre que justificável, relatórios descrevendo as condições de segurança e saúde e o cumprimento das respetivas regras;
- ix. Conduzir os inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e materiais;
- x. Impor medidas com vista à proteção da integridade física de todos os intervenientes e de terceiros que podem vir a ser afetados;
- xi. Assegurar que são observadas as precauções e a conformidade com os requisitos gerais de segurança, na perspetiva da prevenção de acidentes e doenças profissionais;
- xii. Controlar a qualificação profissional e o nível de comportamento do pessoal interveniente na execução da empreitada;
- xiii. Exigir um registo atualizado dos subempreiteiros, fornecedores e trabalhadores independentes que trabalhem no estaleiro num prazo superior a 24 horas, com a informação constante do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- xiv. Assegurar a verificação sistemática do cumprimento, por parte do empreiteiro e eventuais subempreiteiros, dos requisitos legais e contratuais em matéria de seguros;
- xv. Dar respostas, em tempo útil, a todas as questões colocadas pelo empreiteiro sobre esta matéria, de modo a evitar qualquer perturbação ao normal desenvolvimento das obras;
- xvi. Dar parecer sobre os planos de estaleiro e de construções provisórias de apoio à execução das obras propostos pelo empreiteiro, verificar se estão de acordo com o estabelecido no contrato e com a legislação em vigor;



- xvii. Realizar com o empreiteiro as reuniões obrigatórias com periodicidade mensal, e sempre que justificável, elaborando relatórios que registem o nível de cumprimento do PSS e as ações desenvolvidas nesse âmbito, para correção de eventuais situações de não conformidade;
- xviii. Elaborar, com o apoio do empreiteiro e do contraente público, todos os elementos necessários com vista ao contraente público fazer a Comunicação Prévia de abertura do estaleiro à entidade competente, bem como as respetivas atualizações.
- f) **Análise de soluções construtivas e de materiais propostos** - São atribuições do cocontratante, no que respeita à execução da obra:
- Contribuir para a definição de soluções com vista à adaptação do Projeto, quando necessário, às condições reais de execução;
 - Assegurar todos os meios necessários à articulação e resolução de eventuais dúvidas na transposição e adequação do projeto à obra, em ligação com o representante do contraente público;
 - Analisar as soluções construtivas propostas e propor alterações, caso aquelas se verifiquem não serem adequadas, com o objetivo de minimizar custos e riscos de acidentes em fase de execução da empreitada;
 - Analisar os materiais propostos, verificar a sua conformidade com as especificações do Caderno de Encargos da empreitada e com a documentação do contrato, se são as indicadas para o fim a que se destinam, tendo em vista a minimização de custos e a qualidade da mesma;
 - Analisar alternativas com vista à adoção das soluções técnicas adequadas e mais económicas para eventuais novos trabalhos, que não estejam especificados no projeto de execução.
- g) **Controlo administrativo dos trabalhos** - O controlo administrativo dos trabalhos tem a finalidade de organizar, gerir e manter a troca e fornecimento de informação, a articulação entre as entidades diretamente intervenientes (*contraente público, fiscalização/cocontratante, empreiteiro, projetistas*) e outras entidades com competências específicas em áreas envolventes, e permitir, a cada momento, o conhecimento pormenorizado dos trabalhos realizados e equipamentos fornecidos e instalados pelo empreiteiro, nomeadamente:
- O cocontratante deve manter o Contraente Público permanentemente informado dos factos relevantes dos trabalhos da empreitada, com vista a permitir-lhe o seu acompanhamento e a facultar-lhe os meios indispensáveis às tomadas de decisão mais importantes e que venham a revelarem-se necessárias.
 - São atribuições do cocontratante:
 - Preparar instruções, ordens, avisos ou notificações a enviar ao empreiteiro;
 - Convocar (*em articulação com os Representantes do contraente público*) e participar em reuniões de obra (*semanais*) e de coordenação de obra, a realizar mensalmente, com os diversos intervenientes na execução da empreitada, ficando também a cargo do cocontratante a elaboração das respetivas atas. Após a elaboração das atas, devem estas ser enviadas a



cada participante, no prazo máximo de 5 dias, a fim de que os mesmos se possam pronunciar. Neste caso, e após se terem efetuado as retificações necessárias, são assinadas na reunião seguinte;

- 3 Proceder mensalmente à apresentação da relação detalhada de equipamentos fornecidos, instalados e ensaiados;
 - 4 Analisar técnica e juridicamente e emitir pareceres sobre os procedimentos administrativos a adotar relativamente a questões pertinentes, nomeadamente relativos a trabalhos complementares e a menos, reclamações e propostas do empreiteiro, tendo em vista a sua conformidade legal e aprovação pelo contraente público;
 - 5 Quando forem colocadas dúvidas pelo empreiteiro quanto a questões de projeto que estejam no âmbito da assistência técnica à obra, nos termos da legislação em vigor, o cocontratante deve encaminhar essas dúvidas para o projetista, promovendo o seu esclarecimento em tempo útil;
 - 6 Informar da necessidade ou conveniência do estabelecimento de novas serventias ou da modificação das previstas e da realização de quaisquer aquisições, pronunciar-se sobre todas as circunstâncias que, não havendo sido previstas no projeto de execução, confiram a terceiros o direito a indemnização e informar das consequências contratuais e legais desses factos.
- h) Controlo do planeamento e da execução dos trabalhos** - A Fiscalização deve exigir o cumprimento dos prazos acordados e garantir a contenção dos custos da empreitada, através de um controlo permanente da progressão dos trabalhos, nomeadamente através das ações seguintes:
- i. Recolha, tratamento e registo da informação relativa ao progresso das diferentes frentes de trabalho e fornecimento, instalação e teste de equipamentos;
 - ii. Transmissão ao empreiteiro as ordens do contraente público e verificar o seu correto cumprimento;
 - iii. Análise, controlo e previsão de tempos e prazos das atividades, nomeadamente:
 - 1 Elaboração de estimativas de duração dos trabalhos ainda não realizados, tendo em conta a realidade da obra, bem como meios necessários para garantir o cumprimento do prazo da empreitada;
 - 2 Identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo, quando se justifique, um programa de recuperação, incluindo a descrição das ações necessárias ao seu cumprimento;
 - 3 Análise dos pedidos de prorrogação de prazo e emitir parecer que permita ao contraente público deliberar sobre os mesmos;
 - iv. Garantir a permanente atualização dos registos da empreitada, com o registo diário das atividades e situações relevantes;
 - v. Garantir o cumprimento do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, relativo ao Plano de Segurança e Saúde;



- vi. Análise pormenorizada e controlo do desenvolvimento das ações realizadas pelo empreiteiro relativamente ao avanço dos trabalhos e ao fornecimento, instalação e ensaio dos equipamentos da obra;
- vii. No caso de atraso nos trabalhos, promover a realização de novos cronogramas financeiros previsionais, decorrentes da nova programação dos trabalhos, com vista ao planeamento dos pagamentos por parte do contraente público;
- viii. Elaboração de um relatório mensal de acompanhamento da obra, a ser entregue até ao 10.º (*décimo*) dia do mês seguinte a que se reporta. Este relatório deve transmitir ao contraente público uma informação global sobre a forma como a empreitada decorre e, no mínimo, incluir informação sobre:
 - 1 Quantidades de trabalhos realizados (*no mês, acumulados e por realizar*);
 - 2 Rendimentos atingidos;
 - 3 Prazo decorrido;
 - 4 Mão-de-obra e equipamento utilizado;
 - 5 Outras circunstâncias ocorridas e dignas de registo;
 - 6 Fotografias e/ou vídeo dos aspetos mais significativos da obra;
 - 7 Atrasos e avanços verificados relativos às programações do mês anterior e global da empreitada, suas justificações e reforço de meios necessários ao cumprimento do prazo da obra e das "*datas chave*" da empreitada, se for caso disso;
 - 8 Enumeração crítica das atividades do mês a que respeita,
 - 9 Resumo das principais ações a desenvolver no mês seguinte e metas a atingir;
 - 10 Listagens das ações e aprovações a obter por parte do contraente público no mês seguinte;
 - 11 Situação dos trabalhos complementares e a menos, face ao estipulado no Código dos Contratos Públicos;
 - 12 Cronograma financeiro da empreitada, com os valores mensais previstos e acumulados e realizados e acumulados e respetivos desvios;
 - 13 Aspetos gerais da obra e condições atmosféricas em que os trabalhos se desenvolveram;
 - 14 Aspetos gerais dos equipamentos fornecidos, instalados e ensaiados;
 - 15 Reuniões (*atas aprovadas*);
 - 16 Relação de assuntos e trabalhos pendentes a tratar com o empreiteiro;
 - 17 Acompanhamento de ensaios de materiais de construção e equipamentos integrados na obra, onde se inclui a elaboração do respetivo relatório;
 - 18 Preparação, acompanhamento e condução de todas as visitas às frentes de trabalho julgadas convenientes pelo contraente público.

- i) **Ambiente** - Acompanhar e controlar todas as condições ambientais em que se desenvolvem os



trabalhos da obra, propondo, atempadamente, todas as medidas julgadas pertinentes, nomeadamente:

- i. Controlar as adaptações e desenvolvimentos do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição e demais legislação ambiental aplicável;
- ii. Elaborar inquéritos e análises pormenorizados, sobre ocorrências ambientais;
- iii. Controlar o cumprimento das medidas de defesa do ambiente, incluídas no Caderno de Encargos da empreitada, abrangendo as rejeições para a atmosfera, meio hídrico e solo e demais requisitos legais e contratuais nesta matéria, e as relativas ao controlo de resíduos de obra, fazendo cumprir o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição.

j) **Apoio Técnico** - Apoio técnico no decorrer da execução dos trabalhos ou em situação de contencioso ou diferendo existente entre o Dono de Obra e o Empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes nos trabalhos, relativo ao respetivo projeto ou à obra. Para o efeito, deverão assegurar o seguinte, sem prejuízo de outras obrigações estatuidas no Caderno de Encargos:

- i. Efetuar o registo fotográfico e/ou vídeo dos trabalhos de todas as fases e factos relevantes da obra, que devem acompanhar os relatórios da responsabilidade do cocontratante;
- ii. Elaborar Relatório Técnico de Vistoria à obra, logo após o pedido de receção provisória da mesma, com referência ao estado de acabamento dos trabalhos e eventuais deficiências, registando as alterações aos projetos realizadas no decorrer da empreitada, nas suas diferentes componentes e especialidades, bem como das telas finais corrigidas, a apresentar pelo Adjudicatário da Obra, relatório que concluirá com parecer da oportunidade, ou não, da receção requerida;
- iii. Elaborar Relatório Técnico de Vistoria à Obra com referência a eventuais deficiências a efetuar 30 dias antes da data-limite para a liberação da caução;
- iv. Elaborar relatório final de obra com toda a informação necessária ao registo da conclusão da obra no portal dos contratos públicos;
- v. Elaborar a Compilação Técnica da empreitada com base nos elementos fornecidos pelo empreiteiro, devidamente organizada de forma acordada com o contraente público, e de forma que facilite a sua futura consulta;
- vi. Elaborar, em conjunto com o empreiteiro, a conta final da empreitada;

6. Elaborar Relatórios Técnicos durante o período de garantia.

Cláusula 7ª | **Modo de prestação dos Serviços objeto dos contratos**

1. Compete aos Cocontratantes estabelecer todo o sistema de organização indispensável à execução das tarefas a seu cargo, de acordo com o Cronograma de Mobilização de Meios definido pelo Dono de Obra, bem como o apetrechamento e a obtenção de todos os meios humanos e materiais complementares necessários à execução das ações a desenvolver, no âmbito da sua intervenção, de acordo com a proposta, ou com os ajustamentos que o desenvolvimento da obra determinar.
2. Os Equipamentos e Meios Materiais necessários à execução dos trabalhos desta prestação de serviços



são da responsabilidade dos cocontratantes, nos termos definidos nas cláusulas gerais e técnicas do Caderno de Encargos.

3. Se o Contraente Público verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
4. Para o desenvolvimento das atividades é obrigação do cocontratante dispor de meios informáticos, localizados em obra, que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários ao seu rápido e eficiente tratamento.
5. Os Cocontratante para além dos meios informáticos referidos neste caderno de encargos, poderão utilizar todos os meios informáticos complementares que entender convenientes, quer localizados na obra quer nos seus escritórios.
6. Os meios referidos nos números anteriores serão utilizados tendo em vista os seguintes objetivos fundamentais:
7. Fornecer ao Dono de Obra a base de informação e análise necessária ao planeamento e à programação da obra:
 - a) Produzir toda a documentação necessária ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas neste caderno de encargos;
 - b) Fornecer ao Contraente Público, sempre que necessário, cópia integral de toda a documentação produzida no âmbito das atividades a desenvolver pelo Cocontratante, registada em ficheiros compatíveis com o sistema operativo e o software utilizado pelo Contraente Público;
 - c) Organizar e gerir o arquivo de obra.

Cláusula 8ª | Meios humanos

1. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários à execução dos trabalhos desta prestação de serviços é da inteira responsabilidade dos Cocontratantes, obrigando-se a garantir que todos os agentes coloquem a sua experiência, perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhes forem cometidos, de modo que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.
2. Durante a execução da prestação de serviços, a constituição da equipa de pessoal do cocontratante a colocar no local da empreitada deve estar em conformidade com o exigido no presente Caderno de Encargos e será a constante da lista nominativa da equipa técnica e mobilização dos meios humanos apresentado pelo Cocontratante.
3. Sem prejuízo do estabelecido nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos, considera-se a seguinte composição da equipa mínima a afetar à prestação de serviços de coordenação e fiscalização que constitui o presente procedimento, para todos os lotes identificados no artigo anterior, assim como a respetiva afetação, e que servirá de base à elaboração das propostas, o seguinte:
 - i. **LOTE 1** (*Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64*), **LOTE 2** (*Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores*), **LOTE 3** (*Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores*), **LOTE 4** (*Construção de 4 moradias unifamiliares no Loteamento dos*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Casteletes), LOTE 6 (Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11), LOTE 7 (Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119) e LOTE 10 (Infraestruturas do Loteamento da Galega).

- 1 **1 Diretor de Fiscalização:** a tempo parcial – 20% do prazo da empreitada
- 2 **1 Fiscal:** a tempo parcial – 50% do prazo da empreitada
- 3 **1 Coordenador de Segurança:** a tempo parcial – 20% do prazo da empreitada
- 4 **1 Eng.º Eletrotécnico:** a tempo parcial – 10% do prazo da empreitada

ii. Para o **LOTE 5** (*Construção de 15 moradias no Loteamento da Achadinha*), **LOTE 8** (*Construção de 12 habitações multifamiliares no Aldeamento de São Pedro*) e **LOTE 9** (*Construção de 52 apartamentos no empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros*).

- 1 **1 Diretor de Fiscalização:** a tempo parcial – 50% do prazo da empreitada
- 2 **1 Fiscal:** a tempo integral – 100% do prazo da empreitada
- 3 **1 Coordenador de Segurança:** a tempo parcial – 25% do prazo da empreitada
- 4 **1 Eng.º Eletrotécnico:** a tempo parcial – 10% do prazo da empreitada

4. Os Cocontratantes são obrigados a manter a harmonia e a boa ordem no local de trabalho, sendo responsável por reparar e fazer resolver as situações de indisciplina.
5. No caso de a equipa de fiscalização não estar a corresponder no que respeita aos prazos e atividades definidos neste caderno de encargos, pode o contraente público exigir o reforço da equipa, sem aumento do preço global contratado.
6. O Contraente Público pode solicitar a alteração da composição da equipa de fiscalização ou dos prazos de permanência previstos, tendo em conta o desenrolar dos trabalhos e as condições de execução das obras.
7. O Contraente Público reserva-se o direito de ordenar aos Cocontratantes que sejam retirados dos serviços qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes do Contraente Público, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na empreitada, ou ainda que haja provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deve ser fundamentada por escrito, quando os Cocontratantes o exijam, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.
8. Sempre que por motivo de doença, férias ou outros motivos fundamentados, seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelos Cocontratantes, este submete à apreciação prévia do Contraente Público a sua substituição por outro elemento da mesma categoria e classe profissional de experiência idêntica ou superior.
9. A não substituição de qualquer elemento em falta, ou a não apresentação de justificação aceitável, poderá levar ao não pagamento da sua prestação de serviços, durante o período da sua ausência, com base nas taxas apresentadas na proposta do cocontratante.
10. Os Cocontratantes não poderão substituir qualquer técnico sem o prévio consentimento do Contraente Público, incluindo os técnicos apresentados na proposta, sendo que, em qualquer caso, os novos técnicos



terão sempre de obedecer aos requisitos e qualificações exigidos neste Caderno de Encargos.

11. Caso os Cocontratantes não cumpram com o especificado na presente cláusula, ficará sujeito à aplicação das penalidades previstas no Caderno de Encargos.

12. Os Cocontratantes podem, caso assim o entenda, e mediante prévia anuência do Contraente Público, recorrer à intervenção, no local da obra, de quaisquer outros especialistas nos diversos ramos de engenharia.

Cláusula 9ª | Horário de Trabalho

1. Os Cocontratantes obrigam-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário em período normal praticado pelo Empreiteiro da obra.

2. As taxas para trabalho normal e os recursos propostos reportam-se ao horário de trabalho semanal da Indústria de Construção Civil.

3. A realização de trabalhos fora das horas regulamentares e por turnos deverá ser devidamente justificada e previamente apresentada para aprovação pelo Contraente Público.

4. Para o efeito previsto no número anterior, deverão ser apresentadas obrigatoriamente as respetivas taxas horárias únicas, por categorias profissionais, englobando todas as situações de prolongamento, turnos, etc., e adaptadas em função da legislação em vigor à data da proposta.

Cláusula 10ª | Seguros

1. É da responsabilidade dos Cocontratantes a cobertura, através de contratos de seguro de responsabilidade civil, destinados a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, nos termos da legislação em vigor, e de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nas apólices constar uma cláusula pela qual a entidade se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços.

2. Os Cocontratantes devem acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.

3. As condições estabelecidas nos números anteriores abrangem igualmente a atividade dos empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente envolvidas na atividade do segurado quando ao serviço deste e desde que sobre elas recaia também a obrigação de indemnização, bem como os eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Cocontratante perante a Contraente Público pela sua observância.

4. Os cocontratantes obrigam-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Fiscalização da empreitada, bem como todo o pessoal neles transportados na qualidade de passageiros, seja quem for, estes últimos com valor ilimitado de responsabilidade civil.

5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, para cada lote, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.

6. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração



dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, à exceção dos que foram exigidos nos documentos de habilitação, devendo o Cocontratante notificado fornecê-la no prazo 5 (*cinco*) dias.

Cláusula 11ª | **Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Segurança Pessoal**

1. Os Cocontratantes obrigam-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
2. Os Cocontratantes são obrigados a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.
3. As apólices de seguro devem estar válidas até à conclusão da prestação de serviços.
4. As condições estabelecidas nos números anteriores abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados que eventualmente trabalhem nos serviços de fiscalização da empreitada, bem como os eventuais consultores que venham a colaborar, mesmo que em tempo limitado, respondendo os Cocontratantes pela observância de tais condições perante o Contraente Público.
5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, são da responsabilidade dos Cocontratantes.
6. Os Cocontratantes obrigam-se, em conjunto com o empreiteiro, a validar o Plano de Segurança e Saúde junto das empresas seguradoras com intervenção na empreitada.
7. Os Contraentes públicos podem, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo os cocontratantes fornecê-la no prazo de 5 dias.

Cláusula 12ª | **Encargos Sociais**

Os Cocontratantes ficarão responsáveis, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

Cláusula 13ª | **Execução simultânea de outros trabalhos da mesma natureza no local da obra**

1. O Contraente Público, reserva-se o direito de executar ou mandar executar por outrem, sem prejuízo do andamento normal do contrato, quaisquer trabalhos, sejam de Fiscalização ou outros, ainda que de natureza idêntica aos que se encontram a cargo do Cocontratante.
2. A execução dos trabalhos referidos no número anterior será exercida sempre que possível, após prévio conhecimento dos Cocontratantes. Caso o não seja, o Contraente Público, compromete-se a informar o Cocontratante no mais curto espaço de tempo possível.

Cláusula 14ª | **Instalações**

1. Os Cocontratantes disporão, para funcionamento dos seus serviços, das instalações que o Empreiteiro construirá para a fiscalização, na zona abrangida pela obra e que estarão definidas no Caderno de Encargos das Empreitadas.



2. As instalações referidas no número anterior devem incluir no mínimo uma Sala, uma linha telefónica e instalações sanitárias próprias, assim como o equipamento de escritório indispensável.
3. Os materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de reprodução, de arquivo e de consumo corrente, para as instalações referidas nos pontos anteriores, serão da responsabilidade do Cocontratante, no que se refere à sua aquisição e exploração.
4. Serão postos à disposição dos Cocontratantes os meios materiais apenas fornecidos tais como gabinetes em obra, telefone, tudo o que o Caderno de Encargos da empreitada exigir para instalações da fiscalização no local da obra, não estão incluídas quaisquer viaturas nem a coordenação e fiscalização poderá exigir ao empreiteiro.

Capítulo III - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E PÓS-CONTRATUAIS

Cláusula 15ª | Obrigações de acompanhamento dos prazos de garantia

1. A presente prestação de serviços será ainda executada, como obrigação acessória e complementar, durante o prazo de garantia da obra procedendo-se anualmente à elaboração de relatórios de vistoria, durante os primeiros 5 anos do prazo de garantia da obra, a contar da data do auto de receção provisória, e um último relatório no final do restante período de 5 anos, salvo quando sejam detetados defeitos construtivos estruturais antes de decorrido esse período, devendo a última vistoria, em ambos os períodos, ocorrer antes de terminados os prazos legais de garantia da obra nos termos do n.º 2 do artigo 397.º do CCP (*nomeadamente 2 anos quanto a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, 5 anos quanto aos elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas ou 10 anos quanto aos elementos construtivos estruturais*).
2. A vistoria a efetuar à obra no prazo de garantia será objeto de um relatório anual que obrigatoriamente deverá:
 - a) Mencionar pormenorizadamente, todas as deficiências encontradas;
 - b) Indicar as medidas tomadas ou a tomar para a sua resolução;
 - c) Apreciar as correções efetuadas relativas às eventuais deficiências apontadas na vistoria anterior.
3. Depois do período de garantia e verificados os pressupostos do n.º 3 do artigo 398.º do CCP, é que poderá haver a receção definitiva da empreitada.
4. Os Cocontratantes farão parte das equipas responsáveis pelos procedimentos inerentes à Receção Provisória e Definitiva da empreitada nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, elaborando os respetivos Autos, para posterior entrega às entidades responsáveis pela receção de obras de urbanização e infraestruturas de eletricidade.

Capítulo IV - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 16ª | Preço base

1. Estabelece o artigo 17.º do CCP que o valor do contrato a celebrar *“é o valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o*



seu objeto”.

2. Na prestação em apreço, o adjudicatário não tem qualquer contrapartida ou vantagem da execução do contrato que não seja o preço a pagar, sem prejuízo das eventuais modificações objetivas que possam ocorrer e da eventual reposição do equilíbrio financeiro prevista na lei ou no contrato.
3. São excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base.
4. Pela prestação dos serviços objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
5. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais e equipamentos necessários à prestação de serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. O preço base é de **€268 500,00** (*duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos euros*), sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sendo dividido por 10 (*dez*) lotes e da seguinte forma:
 - a) **LOTE 1** (*Reabilitação de 1 moradia sita Rua do Porto da Casa, A.M. 64*) - **€24 000,00** (*vinete e quatro mil euros*);
 - b) **LOTE 2** (*Reabilitação de 3 moradias no concelho das Lajes das Flores*) - **€16 000,00** (*dezasseis mil euros*);
 - c) **LOTE 3** (*Reabilitação de 5 moradias no concelho de Santa Cruz das Flores*) - **€21 500,00** (*vinete e um mil e quinhentos euros*);
 - d) **LOTE 4** (*Construção de 4 moradias unifamiliares no Loteamento dos Casteletes*) - **€25 000,00** (*vinete e cinco mil euros*);
 - e) **LOTE 5** (*Construção de 15 moradias no Loteamento da Achadinha*) - **€49 500,00** (*quarenta e nove mil e quinhentos euros*);
 - f) **LOTE 6** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua Antero de Quental, 11*) - **€13 000,00** (*treze mil euros*);
 - g) **LOTE 7** (*Reabilitação de um imóvel sito à Rua da Alegria, 119*) - **€13 000,00** (*treze mil euros*);
 - h) **LOTE 8** (*Construção de 12 habitações multifamiliares no Aldeamento de São Pedro*) - **€49 500,00** (*quarenta e nove mil e quinhentos euros*);
 - i) **LOTE 9** (*Construção de 52 apartamentos no empreendimento Habitacional Multifamiliar Detrás os Mosteiros*) - **€46 000,00** (*quarenta e seis mil euros*);
 - j) **LOTE 10** (*Execução das Infraestruturas do Loteamento da Galega*) - **€11 000,00** (*onze mil euros*).
7. Aos valores supramencionados acrescerá IVA à taxa legal em vigor.
8. A despesa autorizada para a fixação do preço base do presente procedimento será assumida pelo Plano de Recuperação e Resiliência.



Cláusula 17ª | Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total da prestação dos serviços são as seguintes:
 - a) Os pagamentos são mensais durante o período de execução da empreitada;
 - b) Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
 - c) Em caso de suspensão da execução da empreitada, suspendem-se também os pagamentos pelo período da suspensão, desde que não sejam realizados quaisquer serviços pelos cocontratantes no período da suspensão.
 - d) Nos termos da *Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro*, o Contraente Público emite um número de compromisso válido e sequencial, que o cocontratante deverá indicar nas faturas.
 - e) Cada fatura deve vir acompanhada dos elementos justificativos, nomeadamente a indicação dos meios humanos e materiais utilizados, durante o mês a que os mesmos respeitam; e incluir os seguintes elementos:
 - i. Número do Compromisso;
 - ii. Incidência do IVA, em separado;
 - iii. Emissão em nome da entidade adjudicante.
 - f) O Contraente Público pode deduzir nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:
 - i. As importâncias necessárias à liquidação das sanções que lhe forem aplicadas;
 - ii. Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
 - g) Não são efetuados adiantamentos ao cocontratante.
 - h) Não são efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.
 - i) O valor da adjudicação, por lote, é fixo e não sujeito a revisão de preços.
2. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia do Contraente Público.
4. A execução de trabalho em horas extraordinárias ou em reforço dos meios humanos considerados no respetivo cronograma, se o ritmo imprimido à obra em certo período ou por desvio do plano de trabalhos, não constituirá pagamento adicional pelo Dono de obra, ficando o empreiteiro responsável por esses custos.
5. Qualquer atraso no pagamento das faturas emitidas pelo Cocontratante não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.



Capítulo V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19ª | **Deveres de colaboração recíproca e informação**

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias á boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
2. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
3. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
4. No prazo de 15 dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 20ª | **Subcontratação e Cessão da posição contratual**

1. Os Cocontratantes não podem ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia do Contraente Público.
2. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre dos Cocontratantes e só deles.
3. Caso os Cocontratantes, por razões de natureza excecional, necessitem de realizar qualquer parte dos trabalhos por subcontratação ou por tarefa, requererá previamente a competente autorização ao Contraente Público, indicando o subcontratado ou tarefeiro a quem pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e de competência do subcontratado ou tarefeiro que propõe.
4. O Contraente Público, reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização de subcontratados ou tarefeiros propostos segundo o estipulado no n.º 3, não acarretando a aceitação do Contraente Público, a diminuição da responsabilidade do Cocontratante, tal como se encontra definida no presente Caderno de Encargos e designadamente no n.º 2.
5. O requerimento a que se refere o n.º 3, deverá ser acompanhado, além dos elementos aí mencionados, por uma declaração do subcontratado ou tarefeiro em que o mesmo atesta estar perfeitamente inteirado da parte dos trabalhos a realizar e de todo o estipulado neste Caderno de Encargos.
6. As subadjudicações e tarefas que figurem no contrato, por condições da proposta apresentada no ato do concurso, serão realizadas nas condições nela prevista, não podendo o Cocontratante proceder à substituição dos respetivos subcontratados ou tarefeiros sem aprovação prévia do Contraente Público, sendo nesta substituição aplicável o disposto nos números anteriores.



7. O Contraente Público reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado ou tarefeiro ainda que se trate dos presentes na proposta do concurso e do contrato, designadamente quando entender que não existem garantias de boa execução técnica dos trabalhos que lhe foram cometidos ou ainda no caso de por si ou pelos seus agentes, ter comportamento que comprometa o andamento ou a boa execução dos trabalhos.

Cláusula 21ª | **Comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e Comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22ª | **Sigilo**

1. Os Cocontratantes obrigam-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade do Contraente Público ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos contratos.
3. Os Cocontratantes obrigam-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
4. Os cocontratantes assumem igualmente o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, relacionado com os dados e processos analisados e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
5. Os Cocontratantes obrigam-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade do Contraente Público, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. Os Cocontratantes garantem que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 23ª | **Sanções**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Direção Regional da Habitação, pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do



incumprimento, nos seguintes termos:

- a) O incumprimento das obrigações contratualmente estipuladas sujeitará o Cocontratante, por cada dia de atraso, à aplicação de uma multa diária até meio por mil do valor global do contrato;
 - b) A não comparência ao serviço dos técnicos do Cocontratante, seja qual for o seu nível e categoria profissional, em qualquer local da obra para o qual estava prevista a sua presença, ou em reuniões agendadas pelo Contraente Público, será passível de aplicação de uma multa por cada dia de ausência correspondente ao custo diário de toda a equipa de fiscalização. Por cada reincidência do mesmo técnico na falta referida, será duplicada a multa até ao limite máximo de três reincidências, a partir do qual esse agente será retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante;
 - c) Por cada dia de atraso na instalação dos meios materiais previstos neste Caderno de Encargos, o Cocontratante ficará sujeito a uma multa diária até um por mil do valor total do contrato;
 - d) Se o Cocontratante, durante a vigência do contrato, substituir qualquer elemento da equipa de fiscalização sem o prévio consentimento do Contraente Público, e, a juízo desta, o seu perfil não corresponder ao exigido, fica sujeita à aplicação de uma multa diária, por cada dia de atraso após notificação pelo Contraente Público, da sua decisão, até ao valor de um por mil do valor global do contrato;
 - e) Se o Cocontratante der causa que permita ao empreiteiro recorrer ao disposto no artigo 354º do Código dos Contratos Públicos, com provimento, o ressarcimento dos danos sofridos pelo empreiteiro será da sua inteira responsabilidade.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
 3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
 4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.
 6. A resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços não prejudica o direito do Dono de Obra, a uma indemnização nos termos gerais de direito.
 7. Ao valor da indemnização a que se refere o número anterior serão deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
 8. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Dono de Obra, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.



9. O Dono de Obra, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 24ª | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 25ª | **Proteção de dados pessoais**

1. O Cocontratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, executado na ordem jurídica portuguesa pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.
2. Quando solicitado, o Cocontratante obriga-se a apresentar ao Contraente Público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.



3. Pela violação das disposições relativas à proteção de dados pessoais tratados pelo Contraente Público, pode este exigir o valor correspondente à sanção que lhe seja aplicada ou até 20% do valor do contrato quando seja detetável incumprimento das disposições técnicas e organizativas adequadas à proteção da informação do titular dos dados que sejam legalmente aplicáveis, ainda que não haja sancionamento do Contraente Público.

Cláusula 26ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27ª | Legislação aplicável

Em todo o omissso no presente caderno de encargos aplicar-se-á o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos, Lei 41/2015 de 1 de junho, no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, o Código dos Contratos Públicos na sua redação atual, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, executado na ordem jurídica interna pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e em toda a demais legislação e regulamentação regional, nacional e comunitária.

Cláusula 28ª | Documentação anexa

Fazem parte deste clausulado os seguintes anexos:

- a) Projeto de Execução, por lote.



CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. MEIOS HUMANOS A MOBILIZAR PELO ADJUDICATÁRIO

Os meios humanos e os tempos mínimos de permanência da equipa de fiscalização, por lote, constam da cláusula 11.º das cláusulas gerais do caderno de encargos, que o Contraente Público considera como adequados para a prestação de serviços a assegurar, e deverão obedecer, ainda, ao seguinte.

1.1. DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO

O diretor de fiscalização é um Engenheiro Civil, membro da Ordem dos Engenheiros (OE), ou Engenheiro Técnico Civil, membro da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET).

A taxa de afetação à equipa de fiscalização deve ser, no mínimo, a indicada na Cláusula 8ª durante todo o prazo da empreitada e no prazo de 10 dias anteriores e 30 dias posteriores para preparação das telas finais, conta final e da compilação técnica.

Deverá participar em todas as reuniões semanais.

Descrição das funções:

- Assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;
- Acompanhar a realização da obra com a frequência adequada à integral desempenho das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e da atuação do diretor de obra no exercício das suas funções, emitindo as diretrizes necessárias ao cumprimento do disposto na alínea anterior;
- Recorrer sempre a técnicos em número e qualificações suficientes de forma que a fiscalização abranja o conjunto de projetos envolvidos;
- Requerer, sempre que tal seja necessário para assegurar a conformidade da obra que executa ao projeto de execução ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a assistência técnica ao coordenador de projeto com intervenção dos autores de projeto, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto, bem como das solicitações de assistência técnica que tenham sido efetuadas pelo diretor de obra;
- Comunicar, de imediato, ao dono da obra/contratante público e ao coordenador de projeto qualquer deficiência técnica verificada no projeto ou a necessidade de alteração do mesmo para a sua correta execução;
- Participar ao dono da obra, bem como, quando a lei o preveja, ao coordenador em matéria de segurança e saúde, durante a execução da obra, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado e o cumprimento do prazo previsto em procedimento contratual público ou para a conclusão das operações urbanísticas, sempre que as detetar na execução da obra;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- Desempenhar as demais funções designadas pelo dono da obra de que tenha sido incumbido, conquanto as mesmas não se substituam às funções próprias do diretor de obra ou dos autores de projeto, não dependam de licença, habilitação ou autorização legalmente prevista e não sejam incompatíveis com o cumprimento de quaisquer deveres legais a que esteja sujeito;
- Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia a cessação de funções enquanto diretor de fiscalização de obra, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;
- Assegurar que a efetiva condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades é efetuada por técnicos qualificados;
- Cumprir os deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como pelo Código dos Contratos Públicos e demais normas legais e regulamentares em vigor.

1.2. FISCAL DE OBRA

O Fiscal de Obra é um técnico com experiência profissional em fiscalização, deverá possuir bons conhecimentos de materiais, técnicas de construção, desenho e experiência de medições.

A taxa de afetação à equipa de fiscalização deve ser, no mínimo, a indicada na Cláusula 8ª durante todo o prazo da empreitada e no prazo de 10 dias anteriores e 30 dias posteriores para preparação das telas finais, conta final e da compilação técnica.

Descrição das funções:

- Zela pela boa execução de todas as frentes de trabalho, nos termos do projeto e caderno de encargos da obra, assim como das condições locais;
- Mantém-se permanentemente no local da obra, cumprindo o horário do empreiteiro;
- Estar presente, sempre que necessário, nas reuniões de obra semanais;

É ainda responsável pela compilação dos registos diários, onde é recolhida a seguinte informação das frentes de trabalho que acompanham, que devem integrar os relatórios mensais de obra:

- Cargas de mão-de-obra;
- Equipamento utilizado;
- Materiais empregues;
- Qualidade de execução dos trabalhos;
- Condições de segurança e eventuais acidentes;
- Zelar ainda pelo cumprimento das normas de segurança e ambientais na sua área de intervenção;
- Registo de toda e qualquer anomalia que se verifique no decorrer da empreitada.



1.3. COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA

O Coordenador de Segurança e Saúde em Obra afeto a esta prestação de serviços é um técnico com formação em segurança, higiene e saúde no trabalho com certificado CAP.

A taxa de afetação à equipa de fiscalização deve ser, no mínimo, a indicada na Cláusula 8ª durante todo o prazo da empreitada e no prazo de 10 dias anteriores e 30 dias posteriores para preparação das telas finais, conta final e da compilação técnica.

Deverá participar em todas as reuniões semanais.

É responsável pelas seguintes ações:

- Desempenhar todas as atribuições do coordenador de segurança e saúde em obra, conforme definido do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- Garantir o cumprimento das normas de segurança, cabendo-lhe a função de exigir a sua observação a todo o pessoal;
- Conduzir os inquéritos e relatórios relacionados com acidentes que eventualmente possam ocorrer;
- Promover visitas não programadas às frentes de trabalho para a verificação do cumprimento das normas de segurança, emitindo relatórios e as recomendações que forem pertinentes;
- Elaborar o Plano de Segurança e Saúde e atualização do mesmo;
- Garantir a existência no estaleiro de lista atualizada de trabalhadores presentes na obra;
- Controlar a existência e adequação dos alvarás dos subempreiteiros contratados pelo empreiteiro;
- É responsável pela elaboração da comunicação prévia de abertura de estaleiro e por todas as alterações que ocorram durante a execução da empreitada, sendo as mesmas remetidas ao contraente público para efeitos de entrega na respetiva Inspeção do Trabalho.

1.4. ESPECIALISTAS

O recurso por parte dos cocontratantes, em qualquer dos lotes, à intervenção de quaisquer outros especialistas (*Topógrafo, Engenheiro Eletrotécnico, Geólogo, Arquiteto, Jurista, etc.*) não implicará, para o Dono da Obra, qualquer encargo financeiro ou de outro tipo, entendendo-se as referidas intervenções como da sua inteira responsabilidade e em complemento da organização do cocontratante, para efeitos da execução das ações que lhe são cometidas no âmbito deste caderno de encargos.

1.5. ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E DESLOCAÇÃO

As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do cocontratante e seus consultores/especialistas são da responsabilidade do cocontratante.

1.6. PLANO DE FÉRIAS

É obrigação do Prestador de Serviços sujeitar à apreciação do Dono de Obra, num prazo limite de 30 dias após a Consignação da empreitada, o plano de férias do pessoal que integra a equipa de fiscalização da obra,



devendo atender às sobreposições e substituições hierárquicas e funcionais mais convenientes para o bom desenvolvimento dos serviços a que este caderno de encargos se refere.

O Dono de Obra analisará o plano de férias referido no número anterior no prazo de 11 (*onze*) dias úteis a contar da data da sua receção e informará sobre eventuais alterações que considere relevantes introduzir.

O adjudicatário no prazo máximo de 6 (*seis*) dias úteis apresentará o novo plano de férias, que contemple as alterações introduzidas pelo Dono de Obra ao abrigo da cláusula anterior, devendo esta comunicar a sua aprovação no prazo de 6 (*seis*) dias úteis a contar da data da sua receção.

2. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

2.1. RESPONSABILIDADE

Todos os meios necessários ao controlo e registo da qualidade e de outros dados técnicos da empreitada, de controlo de produção, bem como meios de transporte, comunicações, topografia, informáticos e outros são da responsabilidade do cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.

A indicação dos meios materiais propostos pelo cocontratante na sua proposta não o inibe da responsabilidade de garantir outros meios materiais adicionais tendo em vista a boa qualidade da sua prestação de serviços.

Os eventuais meios materiais adicionais que se venham a revelar necessários são da sua inteira responsabilidade sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes ao bom cumprimento da sua prestação de serviços.

2.2. MEIOS DE TRANSPORTE

O cocontratante deve colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva manutenção.

2.3. MEIOS INFORMÁTICOS

Sem prejuízo do estabelecido nas cláusulas gerais, o cocontratante deve dispor de um sistema informático montado nas instalações localizadas na frente de trabalho, e respetivo software que tem de ser compatível com o sistema informático instalado no contraente público, nomeadamente com o Microsoft Office e o AutoCAD.

2.4. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Compete ao cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual à sua equipa de pessoal, o qual deve obedecer às normas em vigor sobre esta matéria. O cocontratante deve ainda ter disponíveis 4 (*quatro*) conjuntos completos para eventuais visitantes ou agentes do contraente público.



2.5. EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO

O cocontratante deve assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através de distribuição de um telemóvel, pelo menos, por cada um dos elementos responsáveis pela equipa de fiscalização.

Em complemento dos meios de comunicação móveis, deve ainda dispor de ligação à rede fixa (*telefone e fax*) com os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação entre os agentes da fiscalização, do contraente público e do empreiteiro.

2.6. OUTROS EQUIPAMENTOS

Todo o equipamento que o cocontratante preveja utilizar, em especial equipamentos de inspeção, ensaio e de topografia, deve ter características adequadas às exigências da empreitada, ser homologado e certificado, e ser em número suficiente para que os trabalhos se desenvolvam ao ritmo previsto no plano de trabalhos da empreitada.

É assegurado pelo cocontratante o apoio topográfico necessário a todas as atividades, incluindo a verificação de telas finais.